

L E I Nº 653/67

Data : 20 de outubro de 1967.

Súmula: Institui a Bandeira do Município de Bandeirantes, e dá outras providências.

A câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Artigo 1º - Fica instituída a Bandeira Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, de conformidade com o disposto no artigo 195, parágrafo único da Constituição Federal, conforme descritivo, justificativa, simbolismo e regulamentação constantes dos artigos seguintes:

Artigo 2º - DESCRITIVO – Oitava de verde, formando as oitavas geométricas trapezoidais, constituídas por oito faixas brancas carregadas de sobre-faixas vermelhas com um filete preto central, dispostas duas a duas no sentido horizontal, vertical, em banda e em barra, que partem de um retângulo branco central, onde é aplicado o brasão.

Artigo 3º - JUSTIFICATIVA E SIMBOLISMO – De conformidade com a tradição da heráldica portuguesa, da qual herdamos os cânones e regras, as bandeirantes municipais são oitavadas, ostentando ao centro o brasão da cidade em suas cores heráldicas, tendo por cores as mesmas constantes do campo do estudo.

O brasão ao centro da bandeira simboliza o Governo Municipal e o retângulo onde é aplicado representa a própria cidade sede do Município. As faixas simbolizam o Poder Municipal (Governo do Município) que se expande a todos os quadrantes do território e as oitavas (figuras geométricas trapezoidais) assim constituídas, representam as propriedades rurais existentes no território municipal.

Artigo 4º - REGULAMENTAÇÃO DE USO DO BRASÃO E DA BANDEIRA – O uso do Brasão e da Bandeira Municipal é regulamentado da seguinte forma:

1) Serão o Brasão reproduzido em clichês para timbar a documentação oficial da municipalidade (Executivo e Legislativo), com a representação icnográfica das cores, de conformidade com a Convenção

Internacional, quando a impressão é feita a uma só cor e a obediência das cores heráldicas, quando a impressão é feita em policromia.

2) A confecção de Bandeiras Municipais só poderá ser feita com ordem expressa pelo Executivo ou Legislativo Municipal ou com autorização especial, por especial, por escrito, quando a confecção é feita por conta de terceiros.

3) Objetivando a divulgação municipalista, o Brasão da cidade poderá ser reproduzido em decalcomanias, brasões de fechada, flâmulas, clichês, distintivos, medalhas e outros materiais, bem como opostos a objetos de arte, desde que, em qualquer reprodução, sejam observados os módulos e cores heráldicas.

4) A Bandeira Municipal poderá ser reproduzida em bandeiras de papel, nas comemorações de efemérides, também obedecendo os módulos e cores oficiais.

5) Em qualquer reprodução feita por conta de terceiros, do Brasão ou da Bandeira, com autorização especial, o beneficiário, deverá fazer prova da peça reproduzida, com o arquivamento de um exemplar na Prefeitura, que exercerá fiscalização da observância dos módulos e cores, a obrigatoriedade de arquivamento não se aplica à Bandeira Municipal cuja apresentação é feita, depois de confeccionada, somente para efeito de verificação e registro do livro de atas.

6) De conformidade com as regras heráldicas, em qualquer reprodução, o brasão deverá conter sete módulos de largura por oito de altura, tomados do escudo, a Bandeira terá as dimensões oficiais adotadas para a Bandeira Nacional, considerando-se nove módulos de altura por treze de comprimento.

7) Na Secretaria da Prefeitura será mantido um livro de atas, onde serão registradas todas as Bandeiras mandadas confeccionar, quer sejam por conta da Municipalidade, quer sejam por conta de terceiros com a autorização especial, determinando-se as datas de inauguração e incineração, nomes dos padrinhos e estabelecimentos aos quais foram destinadas, bem como todo e qualquer ato relacionado às mesmas.

8) A critério dos Poderes Municipais, poderá ser instituída a Ordem Municipal do Brasão, para comenda àqueles que, de algum modo, tenham merecido e justificado a honraria outorgada, a comenda será constituída por medalha do Brasão, esmaltada em cores ou fundidas em metal, ouro ou prata, fixada em lapela com as cores municipais, acompanhada de Diploma de Ordem.

9) A inauguração de uma Bandeira será feita em solenidade cívica, com a nomeação de um padrinho e madrinha, benção especial, seguindo-se o hasteamento com a execução da marcha-batida em continência à Bandeira, ou hino

Nacional, ou hino Municipal, sendo o acontecimento registrado em ata, conforme estabelece o artigo 7º.

10) As Bandeiras velhas ou rotas serão incineradas, também em solenidade cívica, à qual estarão presentes os seus padrinhos contando com a continência especial, a saber: 1) execução da marcha-batida em continência à Bandeira no ato do hasteamento; 2) salva de vinte e um tiros ao ser baixada do mastro e incinerada em pira própria (se o Município tiver hino próprio, nesse momento será executado o Hino Nacional); 3) toque de silêncio ao findar-se o ato; lavrada a ata de encerramento da página do livro destinada à Bandeira incinerada, é a mesma assinada por todas as autoridades presentes ao ato.

11) Nas cidades sedes de unidades militares, a incineração de bandeiras será feita de conformidade com o disposto no artigo 33 do Decreto-Lei nº 4.545 de 31 de julho de 1942, que dispõe sobre a forma e apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências no artigo em referência “o exemplar da Bandeira Nacional”, que deixe de ser entregue ao comando de qualquer unidade militar, a fim de ser incinerado, o mesmo critério se aplica à Bandeira Municipal.

12) Não será incinerado, mas recolhido ao Museu Histórico Municipal, o exemplar da Bandeira Municipal ao qual esteja ligado fato de relevante significação histórica do Município, como no caso da primeira Bandeira Municipal inaugurada após a sua instituição.

13) As cerimônias de incineração de Bandeiras Nacionais, Municipais ou Estaduais, serão realizadas a 19 de novembro de cada ano, levantando-se para tal fim uma pira no pátio do quartel da unidade militar em que se deve ser feita, conforme estabelece o artigo 34 do Decreto Lei nº 4.545, ou em praça pública, conforme estabelece o § 1 desta Regulamentação de Uso.

14) As continências devidas ao Pavilhão Municipal, serão regulamentadas pelo disposto no artigo 32 do Decreto-Lei nº 4.545, com relação ao Pavilhão Nacional, assim determinado: durante a do içamento ou arreamento, nas ocasiões em que a Bandeira se apresentar em marcha ou cortejo, assim como durante a execução do hino Nacional ou no Municipal, é obrigatória a atitude de respeito, conservando-se todos de pé e em silêncio: 1) os militares farão a continência regulamentar; 2) os civis, do sexo masculino, descobrir-se-ão; 3) poderão os civis de ambos os sexos, colocar a mão direita espalmada ou chapéu sobre o coração; 4) os estrangeiros não poderão eximir-se do comportamento determinado neste parágrafo; 5) é verdade qualquer outra forma de saudação que não as mencionadas neste parágrafo.

15) É proibida a reprodução, tanto do Brasão como da Bandeira do Município, para servir de propaganda política ou comercial.

16) A Bandeira Municipal obrigatoriamente hasteada de sol a sol, sendo permitido o seu uso à noite uma vez que se ache convenientemente iluminada; normalmente, far-se-á o hasteamento às 8 horas e o arriamento às 18 horas, podendo o hasteamento ser antecipado de 2 horas em ocasiões especiais.

17) Será a Bandeira Municipal obrigatoriamente hasteada, nos dias de festa ou luto municipal, estadual ou nacional, e em todas as repartições públicas Federais e Estaduais ou Municipais, nos estabelecimentos particulares colocados sob a fiscalização oficial, e bem assim em quaisquer outras instituições particulares colocados sob a fiscalização oficial, e bem assim em quaisquer outras instituições particulares de assistência, letras, artes, ciências e desportos, em todos os estabelecimentos de qualquer ramo ou grau de ensino, públicos e particulares.

18) O hasteamento, salvo o motivo de força maior, far-se-á sempre com solenidade.

19) Serão os estabelecimentos de ensino obrigados a manter a Bandeira Municipal em lugar de honra, quando não esteja hasteada, do mesmo modo que a Bandeira Nacional.

20) Será a Bandeira Municipal diariamente hasteada:

a) na fachada do edifício onde funciona o Poder Executivo, isoladamente, em dias de expediente comum e em conjunto com as Bandeiras Estaduais e Nacionais, em datas festivas;

b) na fachada do edifício onde funciona o Poder Legislativo, isoladamente, em dias de sessão, ou em conjunto com as Bandeiras Estadual e Nacional em datas festivas;

c) Na fachada do edifício onde funciona o Poder Judiciário, isoladamente, em dias de expediente comum e em conjunto com as Bandeiras Estaduais e Nacionais, em datas festivas;

21) Quando a Bandeira Municipal é hasteada em conjunto com a Bandeira Nacional, estará disposta à esquerda desta; quando também a Estadual for hasteada, estará a Nacional ao centro, ladeada pela Municipal esquerda e a Estadual à direita, colocando-se a Nacional em plano superior às demais.

22) Nos desfiles, contará a Bandeira Municipal com a Guarda de Honra, composta de seis pessoas, sendo um porta-bandeira, dois tenentes e três guardas, seguindo à testa da coluna quando isolada ou precedida pelas Bandeiras Nacional e Estadual, quando também estas concorrem ao desfile.

23) Quando a Bandeira Municipal é distendida e sem mastro, em rua ou praça, entre edifícios ou em portas, será colocada ao comprido, isto é, de modo que o lado maior do retângulo esteja em sentido horizontal e a coroa mural do brasão voltada para cima.

24) Quando aparecer em sala ou salão, por motivo de reuniões, conferências, solenidades, ficará a Bandeira Municipal distendida ao longo da parede, por trás da cadeira da Presidência ou do local da tribuna, sempre acima da cabeça do respectivo ocupante e colocada do modo previsto no § 23.

25) Quando em funeral: para o hasteamento, será levada ao tope do mastro, antes de ser baixada a meia adriça ou meio mastro, e subirá novamente ao tope, antes do arriamento, sempre que a Bandeira Municipal for conduzida em marcha, será o luto indicado por um laço de crepe, atado junto à lança.

26) Quando a Bandeira Municipal for distendida sobre ataúde no enterramento de cidadão que tenha direito a esta homenagem, ficará a tralha do lado da cabeça do morto e a coroa mural do brasão à direita, devendo ser retirada por ocasião de sepultamento.

27) Somente por determinação do Prefeito Municipal para servir de pano de mesa em solenidades, devendo obedecer as Cláusulas do § 24º em tais casos.

29) É proibido o aproveitamento das Bandeiras velhas ou rotas para servir de pano de limpeza, estas devem ser incineradas, de conformidade com o disposto nos §§ 10º, 11º, 12º e 13º desta Regulamentação de uso.

30) É proibido o hasteamento da Bandeira Municipal em locais considerados inconvenientes.

Artigo 5º - Revogadas as disposições em contrário, entrará em vigor esta Lei na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, em 20 de outubro de 1967.

Antônio C. Zulmires de Campos
Oficial Administrativo

Moacyr Castanho

Prefeito Municipal